

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre de 2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 28/02/2018.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2017, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e portal da Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de janeiro a dezembro de 2017, o resultado primário foi de R\$1.852.800,61. Esse valor é R\$1.059.000,61, superior ao valor inicialmente previsto de R\$793.800,00. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar excedentes para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$468,10 no período.

O superávit observado deve-se, principalmente, ao equilíbrio financeiro/orçamentário apresentado no período. Das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito,

amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R\$20.349.804,96, correspondendo a 90,88% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$18.497.004,35. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário 133,41% acima da projeção para o período.

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	21.096.249,10	20.031.879,96	18.839.281,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.064.563,43	1.236.248,77	1.406.092,90
IPTU	168.418,05	194.137,14	179.504,92
ISS	445.200,00	256.926,15	234.598,75
ITBI	93.333,10	161.561,64	140.911,67
IRRF	296.906,88	424.717,03	322.758,51
Outras Receitas Tributárias	1.060.705,40	198.906,81	528.319,05
Receita de Contribuição	1.950.500,00	2.847.644,95	2.186.250,47
Receita Previdenciária	1.874.500,00	2.782.215,09	2.122.121,96
Outras Contribuições	76.000,00	65.429,86	64.128,51
Receita Patrimonial Líquida	30.000,00	194.265,36	110,00
Receita Patrimonial	352.949,90	2.309.866,11	2.303.982,35
(-)Aplicações Financeiras	322.949,90	2.115.600,75	2.303.872,35
Transferências Correntes	16.207.339,40	14.921.413,44	14.534.814,32
Cota-Parte do FPM	7.105.546,40	6.160.135,89	6.346.063,63
Cota-Parte do IPVA	476.736,00	404.143,45	397.416,06
Cota-Parte do ICMS	3.205.440,00	3.869.516,29	3.722.981,21
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	5.419.617,00	4.487.617,81	4.068.353,42
Demais Receitas Correntes	843.846,27	832.307,44	712.014,24
Dívida Ativa	239.973,21	118.542,72	107.574,41
Diversas Receitas Correntes	603.873,06	713.764,72	604.439,83
RECEITAS DE CAPITAL(II)	1.609.861,00	384.125,00	258.781,64
Operações de Crédito(III)	40.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-
Alienação de Bens(V)	275.500,00	66.200,00	-
Transferências de Capital	1.281.000,00	317.925,00	254.812,93
Convênios	1.155.000,00	317.925,00	254.812,93
Outras Transferências de Capital	126.000,00	-	-
Outras Receitas de Capital	13.361,00	-	3.968,71
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	1.294.361,00	317.925,00	258.781,64
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	22.390.610,10	20.349.804,96	19.098.063,57

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES(VIII)	20.803.896,72	18.089.957,94	16.815.490,59	18.087.707,94	16.815.182,19	2.250,00	308,40
Pessoal e Encargos Sociais	12.331.409,00	11.809.094,52	10.595.637,82	11.809.094,52	10.595.637,82	-	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	11.800,00	468,10	4.687,93	468,10	4.687,93	-	-
Outras Despesas Correntes	8.460.687,72	6.280.395,32	6.215.164,84	6.278.145,32	6.214.856,44	2.250,00	308,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	20.792.096,72	18.089.489,84	16.810.802,66	18.087.239,84	16.810.494,26	2.250,00	308,40
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	2.322.154,80	483.949,94	1.524.183,58	419.475,69	1.235.653,77	64.474,25	288.529,81
Investimentos	2.312.154,80	474.238,76	1.298.247,06	409.764,51	1.009.717,25	64.474,25	288.529,81
Amortização da Dívida(XIV)	10.000,00	9.711,18	225.936,52	9.711,18	225.936,52	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	2.312.154,80	474.238,76	1.298.247,06	409.764,51	1.009.717,25	64.474,25	288.529,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	267.203,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	23.371.454,52	18.563.728,60	18.109.049,72	18.497.004,35	17.820.211,51	66.724,25	288.838,21
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-980.844,42	1.786.076,36	989.013,85	1.852.800,61	1.277.852,06		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		266.694,52		266.694,52			
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						793.800,00	

Observações:

a) **Saldo de exercícios anteriores (campo 7):** de acordo com a Portaria STN nº. 495/2017, os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores. Assim, tais valores, que no período

de janeiro a dezembro de 2017, corresponderam a R\$266.694,52 foram informados no campo 7, no demonstrativo acima.

2. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, incluídas as operações intraorçamentárias, e excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 no montante de R\$23.029.060,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro foi de R\$22.531.605,71, tendo sido arrecadado, portanto, 97,84% da meta anual.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (b-a)	Percentual Realizado no ano (d) = (b/a)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.991.699,00	20.056.494,43	64.795,43	100,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.084.563,43	1.236.248,77	(828.314,66)	59,88
IMPOSTOS	1.025.058,03	1.058.901,36	33.843,33	103,30
TAXAS	1.034.505,40	177.347,41	(857.157,99)	17,14
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.000,00	-	(5.000,00)	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	525.000,00	756.658,67	231.658,67	144,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	449.000,00	691.228,81	242.228,81	153,95
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	76.000,00	65.429,86	(10.570,14)	86,09
RECEITA PATRIMONIAL	352.949,90	2.309.866,11	1.956.916,21	654,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	322.949,90	2.115.600,75	1.792.650,85	655,09
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	30.000,00	-	(30.000,00)	-
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	-	194.265,36	194.265,36	194.265,36
RECEITA DE SERVIÇOS	332.210,00	446.771,50	114.561,50	134,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.207.339,40	14.921.413,44	(1.285.925,96)	92,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.433.564,40	14.577.516,62	(856.047,78)	94,45
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES	900,00	-	(900,00)	-

PRIVADAS				
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	900,00	-	(900,00)	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	771.975,00	343.896,82	(428.078,18)	44,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	509.636,27	385.535,94	(124.100,33)	75,65
MULTAS E JUROS DE MORA	61.324,16	53.582,43	(7.741,73)	87,38
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.518,90	211.264,84	74.745,94	154,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	239.973,21	118.542,72	(121.430,49)	49,40
RECEITAS DIVERSAS	71.820,00	2.145,95	(69.674,05)	2,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.609.861,00	384.125,00	(1.225.736,00)	23,86
OPERACÕES DE CRÉDITO	40.000,00	-	(40.000,00)	-
OPERACÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	-	(40.000,00)	-
ALIENAÇÃO DE BENS	275.500,00	66.200,00	(209.300,00)	24,03
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	275.500,00	66.200,00	(209.300,00)	24,03
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.281.000,00	317.925,00	(963.075,00)	24,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	126.000,00	-	(126.000,00)	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.155.000,00	317.925,00	(837.075,00)	27,53
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	13.361,00	-	(13.361,00)	-
RECEITA DA D.A. PROV. DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FIN.	13.361,00	-	(13.361,00)	-
Receitas (Intraorçamentárias) (III)	1.427.500,00	2.090.986,28	663.486,28	146,48
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	23.029.060,00	22.531.605,71	(497.454,29)	97,84
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	23.029.060,00	22.531.605,71	(497.454,29)	97,84
Déficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	23.029.060,00	22.531.605,71	(497.454,29)	97,84
Saldos de Exercícios Anteriores	-	266.694,52	266.694,52	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	131.547,63	131.547,63	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	135.146,89	135.146,89	-

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$19.991.699,00. Os valores realizados corresponderam a R\$20.056.494,43, superando em 0,32% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de transferências correntes e as receitas patrimoniais, que figuraram, respectivamente, com 74,39% e 11,52% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das receitas patrimoniais, que apresentaram variação positiva de 554,45% em relação ao previsto para o período.

2.1.1 Receitas Tributárias

O quadro a seguir demonstra o comportamento da arrecadação das receitas tributárias:

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	Realizada no Ano (C)	% (B/A)	% (C/A)
Impostos	1.025.058,03	378.305,97	1.058.901,36	36,91	103,30
I P T U	168.418,05	3.536,60	194.137,14	2,10	115,27
I R R F	296.906,88	196.060,05	424.717,03	66,03	143,05
I T B I	93.333,10	65.810,34	161.561,64	70,51	173,10
I S S Q N	445.200,00	92.930,20	256.926,15	20,87	57,71
I T R	21.200,00	19.968,78	21.559,40	94,19	101,70
Taxas	1.034.505,40	22.606,15	177.347,41	2,19	17,14
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	382.485,40	18.789,19	76.993,51	4,91	20,13
Taxas p/ Prestação de Serviços	652.020,00	3.816,96	100.353,90	0,59	15,39
Contribuição de Melhorias	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Tributárias	2.064.563,43	400.912,12	1.236.248,77	19,42	59,88

Como se observa, até final do quadrimestre em análise, as receitas tributárias arrecadadas somaram o montante de R\$1.236.248,77, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$2.064.563,43, representa uma realização de 19,42% da projeção para o período e de 59,88% do valor estimado para o ano.

O IPTU arrecadou 115,27% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$168.418,05, tendo sido arrecadados R\$194.137,14. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis, tendo sido impactada negativamente pela desatualização do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$93.333,10 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 161.561,64, 173,10% do valor previsto para 2017. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representaram um decréscimo de 1,11% em relação ao exercício anterior.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$256.926,15, o que representa 57,71% da previsão. O mau desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à falta de implementação de uma política de combate à sonegação de impostos, bem como a alteração na legislação federal, concedendo isenções para MEIS.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$177.347,41, contra uma projeção de R\$1.034.505,40. Arrecadou-se, portanto, 17,14% da meta anual. Não houve ingressos originários da Contribuição de Melhoria.

2.1.2 Receita de Contribuições

O Quadro 4 apresenta o desempenho das Receitas de Contribuições, que acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$756.658,67, correspondendo a 144,13% da previsão anual. Relativamente aos valores projetados para o período, realizaram 56,64% da meta.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes das Contribuições Sociais que registraram uma arrecadação de R\$691.228,81, correspondendo a 153,95% da projeção inicial.

QUADRO 4 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	Realizada no Ano (C)	% (B/A)	% (C/A)
Contribuições Sociais	449.000,00	278.396,39	691.228,81	62,00	153,95
Contribuição p/Custeio Illum. Pública	76.000,00	18.941,01	65.429,86	24,92	86,09
Receitas de Contribuições	525.000,00	297.337,40	756.658,67	56,64	144,13

2.1.3 Receitas Patrimoniais

A receita patrimonial superou em 654,45% sua previsão inicial. O desempenho mais expressivo nesse grupo foi a remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência, que totalizou em 2017 R\$ 2.025.902,12, representando aproximadamente 87,71% das receitas patrimoniais realizadas. Outro ponto a ressaltar é a Receita da Cessão de direitos que proporcionou um ingresso de R\$194.265,36 com a venda da folha de pagamento para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

QUADRO 5 – RECEITAS PATRIMONIAIS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	Realizada no Ano (C)	% (B/A)	% (C/A)
Receita de Valores Mobiliários	322.949,90	471.474,94	2.115.600,75	145,99	655,09
Remuneração de Depósitos Bancários	176.574,90	17.556,03	89.698,63	9,94	50,80
Remuneração de Investimento do RPPS	146.375,00	453.918,91	2.025.902,12	310,11	1384,05
Receita de Concessões e Permissões	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	194.265,36	194.265,36	-	-
Receita Patrimonial	352.949,90	665.740,30	2.309.866,11	188,62	654,45

2.1.4 Receitas de Serviços

Nas Receitas de Serviços o total arrecadado foi de R\$446.771,50, ante a previsão de R\$332.210,00, representando 134,48% da previsão inicial. Nesse grupo, deve-se observar a receita com captação, tratamento e distribuição de água, que gerou uma receita de R\$409.328,99 anual, refletindo 91,62% aproximadamente das receitas de serviços. O município possui uma rede de captação, tratamento e distribuição de água própria, que atinge perto de 1.944 pontos (sendo 1.323 famílias urbanas e 621 rurais), com extensão aproximada de 196 quilômetros.

2.1.5 Transferências Correntes

QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	Realizada no Ano (C)	% (B/A)	% (C/A)
Transferências da União	8.336.468,40	2.778.844,02	7.517.711,92	33,33	90,18
Cota parte do F P M	7.105.546,40	2.055.935,37	6.160.135,89	28,93	86,69
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	50.032,00	7.986,40	23.959,20	15,96	47,89
Transf. Exploração de Recursos Naturais - FEP	132.440,00	27.412,70	80.370,61	20,70	60,68
Transferências do S U S	342.000,00	344.019,64	607.689,69	100,59	177,69
Transferências do F N A S	142.000,00	187.733,94	252.063,94	132,21	177,51
Transferências do F N D E	399.450,00	127.442,12	365.178,74	31,90	91,42
Outras Transferências da União	165.000,00	28.313,85	28.313,85	17,16	17,16
Transferências do Estado	4.065.896,00	1.445.513,38	4.448.742,48	35,55	109,42
Cota Parte do I C M S	3.205.440,00	1.360.895,44	3.869.516,29	42,46	120,72
Cota Parte do I P V A	476.736,00	32.780,98	404.143,45	6,88	84,77
Cota Parte do IPI / Exportação	59.360,00	22.349,90	58.484,97	37,65	98,53
Cota parte da C I D E	19.500,00	5.552,91	21.111,70	28,48	108,27
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	157.000,00	23.934,15	95.486,07	15,24	60,82
Transf. da Cota-parte da COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (25%	60.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do Estado	86.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb	3.033.000,00	837.053,63	2.611.062,22	27,60	86,09
Transferências de Convênios	771.975,00	137.559,88	343.896,82	17,82	44,55
Total das Transferências Correntes	16.207.339,40	5.198.970,91	14.921.413,44	32,08	92,07

Conforme se visualiza no Quadro 6, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$6.160.135,89 no período, correspondendo a 86,69% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de

Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – realizou 47,89% do valor previsto.

As Transferências de recursos do SUS para 2017 estavam previstas em R\$342.000,00, sendo repassado pela união um montante de R\$607.689,69, demonstrando um realizado de 177.69% em comparação à projeção para o ano.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$3.869.516,29, ou seja, 120,72% da expectativa inicial, que era de R\$3.205.440,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, e também da atividade econômica no Estado.

2.1.6 - Transferências do FUNDEB

Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2017 o Município recebeu de recursos do FUNDEB, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o montante de R\$ 2.611.062,22, representando 86,09% da previsão anual.

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram apenas 23,86% do projetado. A maior previsão e, também, maior desempenho verificado nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de Capital, que demonstraram um ingresso de 24,82% diante do projetado, correspondendo a R\$317.925,00. Isto se deve ao fato, principalmente, que a previsão de R\$1.155.000,00 para a construção de creche, não ter sido concretizado no exercício.

QUADRO 8 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Operações de Crédito	40.000,00	0,00	-
Alienação de Bens	275.500,00	66.200,00	24,03
Transferências de Capital	1.281.000,00	317.925,00	24,82
Outras Receitas de Capital	13.361,00	0,00	-
Total das Receitas de Capital	1.609.861,00	384.125,00	23,86

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, inclusive as operações intraorçamentárias, a Despesa Total liquidada no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,82, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$4.024.422,08. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício. Em síntese, o total das despesas correntes realizadas foi de R\$16.245.990,14, correspondendo a 86,10% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$419.475,69, inferiores ao valor projetado para o período de R\$2.322.154,80.

QUADRO 9 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Orçamentária	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	23.029.060,00	22.531.605,71	97,84
Despesa Orçamentária	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% (B/A)
Despesas Correntes	18.867.974,72	16.245.990,14	86,10
Pessoal e Encargos Sociais	10.407.987,00	9.967.376,72	95,77
Juros e Encargos da Dívida	11.800,00	468,10	3,97
Outras Despesas Correntes	8.448.187,72	6.278.145,32	74,31
Despesas de Capital	2.322.154,80	419.475,69	18,06
Investimentos	2.312.154,80	409.764,51	17,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.000,00	9.711,18	97,11
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	267.203,00	0,00	0,00
Despesas Intraorçamentárias	1.935.922,00	1.841.717,80	95,13
(2) Despesa Total	23.393.254,52	18.507.183,63	79,11
Resultado Orçamentário (1-2)	-364.194,52	4.024.422,08	18,73
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		0,82	

3.1 – Despesas com Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$468,10, correspondendo a 3,97% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$9.711,18, representaram um desembolso correspondente a 97,11% do total programado.

Nesse aspecto cabe um registro: conforme demonstrado anteriormente, não houve as receitas provenientes das liberações de operações de crédito. Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida, não possuindo mais empréstimos para pagamento.

3.2 – Investimentos Realizados

Os investimentos realizados foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$2.312.154,80, apresentando uma execução de R\$409.764,51. Essa situação decorre do desempenho negativo da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

- Obras e instalações: R\$63.942,04
- Equipamentos e Materiais Permanentes: R\$290.799,05
- Aquisição de Imóveis: R\$11.268,54

4. DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 012/2017, do Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (JANEIRO a DEZEMBRO), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 51,16% para o Executivo e de 3,51% para o Legislativo.

Ainda, em relação à apuração das despesas com pessoal, e conforme precedente do Parecer Coletivo nº 03/2002, do Tribunal de Contas do Estado, foram excluídos os valores concernentes à revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição da República.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$16.858.522,96 e está assim discriminada:

QUADRO 10 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação últimos 12 meses
Receitas Correntes	22.644.501,07
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	332.342,66
(-) Deduções da Receitas Correntes	2.588.006,64
(-) Contribuição dos Servidores para o R P P S	691.228,81
(-) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	148.497,88
(-) Rendimentos de Aplicações do R P P S	2.025.902,12
(+) Ajuste de Perdas como FUNDEB (IN nº 12/2017 do TCE/RS)	0,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.858.522,96

Fonte: RVE – PAD 6º Bimestre TCE-RS

QUADRO 11 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Límite Prudencial	Límite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	8.624.084,83	51,16%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	591.477,63	3,51%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	9.215.562,46	54,66%	57%	60%

Fonte: RGF – 2º Semestre TCE-RS

5. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas pelo critério da liquidação da despesa, conforme estabelecido no art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 918/2011, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$4.182.739,79, o

que corresponde a 29,59% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$2.273.713,08, o que corresponde a 86,93% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

QUADRO 12 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MDE

RECEITAS	Arrecadação	
TOTAL DAS RECEITAS	14.135.550,71	
Mínimo a Aplicar em M D E (25%)	3.533.887,68	
DESPESAS COM MDE POR SUBFUNÇÃO	Despesas Liquidadas (A)	% Aplicado
ENSINO FUNDAMENTAL - 20	1.027.928,63	7,27
ENSINO FUNDAMENTAL - 31	2.112.783,62	14,95
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL - 20	489.766,99	3,46
EDUCAÇÃO INFANTIL - 31	622.903,99	4,41
EDUCAÇÃO ESPECIAL	67.595,10	0,48
Outras Subfunções	0,00	0,00
(-) Despesa Plus do FUNDEB	132.847,69	0,94
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras MDE e FUNDEB	5.390,85	0,04
TOTAL DAS DESPESAS COM MDE E FUNDEB	4.182.739,79	29,59

6. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Tomando como base as despesas liquidadas no período, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$3.138.891,03, o que corresponde a 22,21% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

QUADRO 13 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	Arrecadação	
TOTAL DAS RECEITAS	14.135.550,71	
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)	2.120.332,61	
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	Despesas Liquidada (A)	% Aplicado
ATENÇÃO BÁSICA	2.309.174,42	16,34
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	782.972,56	5,54
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	47.559,07	0,34
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES	0,00	0,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	815,02	0,01
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS	3.138.891,03	22,21

7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$0,00, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da

dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que, caso o resultado seja positivo = déficit e caso negativo = superávit.

Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo IGUAL àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, uma estagnação no nível de endividamento municipal, evidenciando o atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, consequentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 14 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo 31/12/2016 (A)	Saldo atual 31/12/2017 (B)	Diferenças (C = B-A)
I – Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00
II - DEDUÇÕES	1.025.363,28	1.404.826,58	379.463,30
Disponibilidade de Caixa	1.025.363,28	1.402.093,62	376.730,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.310.846,86	1.498.060,21	187.213,35
(-) Restos a Pagar Processados	285.483,58	95.966,59	-189.516,99
Demais Haveres Financeiros	0,00	2.732,96	2.732,96
III – Dívida Consolidada Líquida	-	-	-
META RESULTADO NOMINAL LDO			-320.000,00

8- DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2017, os Restos a Pagar do Poder Executivo foram de R\$258.348,51. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$1.498.122,35. A relação “Saldo de Caixa / Restos a Pagar”, Por recursos vinculados e não vinculados pode ser visualizada no quadro a seguir:

QUADRO 15 – COMPARATIVO DE RESTOS A PAGAR X DISPONIBILIDADES

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
Recursos Vinculados	1.036.148,70	89.673,01	160.371,30	786.104,39
Recursos Não Vinculados	461.973,65	6.231,44	2.072,76	453.669,45
TOTAL	1.498.122,35	95.904,45	162.444,06	1.239.773,84
RPPS	20.396.165,01	62,14	0,00	20.396.102,87

Com base na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, art. 54 e alínea “b” do Inciso III do art.55, segue o Demonstrativo de Restos a Pagar.

QUADRO 16 – DEMONSTRATIVOS DE RESTOS A PAGAR

Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
Recurso livre	6.231,44	68.156,96
Manutenção e Desenvolvimento Ensino - MDE	273,01	0,00
Regime Próprio de Prev. Social-RPPS	62,14	0,00
Rec. Calçamento União	0,00	35.223,29
Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada	89.400,00	0,00
Quadra Poli Mangueirinha	0,00	125.148,01
SUB-TOTAL	95.966,59	228.528,26
TOTAL	324.494,85	

9. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

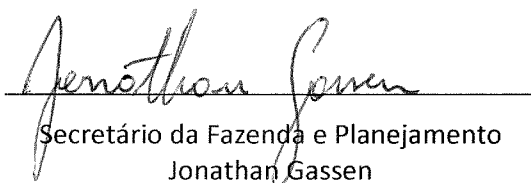
Conforme a Lei Municipal nº 1108/2011, o Município mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$4.956.615,09, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$1.713.115,55, obtendo-se um resultado superavitário de R\$3.243.499,54, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$20.396.102,87, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 16 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas (A)	Realizadas (B)	% (B/A)
RECEITAS CORRENTES	596.375,00	2.865.628,81	480,51
Receita de Contribuições	449.000,00	691.228,81	153,95
Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações)	146.375,00	2.025.902,12	1384,05
Compensação Previdenciária	1.000,00	148.497,88	14849,79
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.427.500,00	2.090.986,28	146,48
Contribuição Patronal do Exercício	1.135.500,00	1.273.398,25	112,14
Outras Restituições	2.000,00	0,00	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT	290.000,00	817.588,03	281,93
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	2.023.875,00	4.956.615,09	244,91
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Programadas (A)	Liquidadas (B)	% (B/A)
ADMINISTRATIVAS	46.200,00	20.041,24	43,38
COMPENSAÇÃO	0,00	2.500,84	0,00
PESSOAL E ENCARGOS	1.013.250,00	1.690.573,47	166,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	964.425,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	2.023.875,00	1.713.115,55	84,65
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)	0,00	3.243.499,54	160,26
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	20.396.102,87		

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Secretário da Fazenda e Planejamento
Jonathan Gassen

Paraíso do Sul, 28 de fevereiro de 2018.

